



Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 41/XV/1.^a SL

Aos 26 dias do mês de abril de 2023, pelas 14 horas, reuniu-se a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1 - Apreciação e votação das atas n.ºs 38, 39 e 40/XV/1.^a, correspondentes às reuniões de 4 e 11 de abril de 2023;

2 – Distribuição e nomeação de relator das seguintes iniciativas legislativas:

- [Projeto de Lei n.º 720/XV/1.^a \(L\)](#) - Prevê a obrigação de inventariação dos imóveis afetos à defesa nacional e possibilita a sua requalificação e reconversão para utilização com fins sociais e habitacionais, bem como as modalidades em que podem ser afetados;
(Relator a designar pelo GP do PS – iniciativa agendada, por arrastamento, para o Plenário de 03.05.2023)

- [Projeto de Lei n.º 722/XV/1.^a \(PAN\)](#) - Aprova a Lei de Sustentabilidade Ambiental das Infraestruturas Militares;
(Relator a designar pelo GP do PS)

- [Projeto de Lei n.º 734/XV/1.^a \(PCP\)](#) - Reforça o regime de direitos dos profissionais da Polícia Marítima e de participação das respetivas associações representativas (Primeira alteração à Lei n.º 53/98, de 18 de agosto e à Lei n.º 9/2008, de 19 de fevereiro);
(Relator a designar pelo GP do PS)

- [Projeto de Resolução n.º 629/XV/1.^a \(CH\)](#) - Tornar as Forças Armadas mais Atrativas e Valorizar a Carreira Militar;
(o autor da iniciativa deve indicar se pretende vê-la discutida em Plenário ou em Comissão)

3 - Designação de relator para a elaboração do relatório sobre a participação de Portugal no processo de construção da União Europeia, intitulado «[Portugal na União Europeia – 2022](#)»;
(Relator a designar pelo GP do PS)

4 - Outros assuntos.

1 - Apreciação e votação das atas n.ºs 38, 39 e 40/XV/1.^a, correspondentes às reuniões de 4 e 11 de abril de 2023

Aberta a [reunião](#) pelo Senhor Presidente, Deputado Marcos Perestrello, foram apreciadas e aprovadas por unanimidade, na ausência da IL, do PCP e do BE, as atas n.ºs 38, 39 e 40/XV/1.^a, correspondentes às reuniões de 4 e 11 de abril de 2023.

Comissão de Defesa Nacional

2 – Distribuição e nomeação de relator das seguintes iniciativas legislativas:

PROJETOS DE LEI

N.º / AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO DE RELATOR
PJL 720/XV/1. ^a (L)	Prevê a obrigação de inventariação dos imóveis afetos à defesa nacional e possibilita a sua requalificação e reconversão para utilização com fins sociais e habitacionais, bem como as modalidades em que podem ser afetados. <i>(Em conexão: 6.ª Comissão)</i>	Relator: Deputado Miguel dos Santos Rodrigues (PS)
PJL 722/XV/1. ^a (PAN)	Aprova a Lei de Sustentabilidade Ambiental das Infraestruturas Militares	Relatora: Deputada Dora Brandão (PSD)
PJL 734/XV/1. ^a (PCP)	Reforça o regime de direitos dos profissionais da Polícia Marítima e de participação das respetivas associações representativas	Relator: Deputado Hugo Oliveira (PS)

PROPOSTA DE LEI

N.º / AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO DE RELATOR
PPL 73/XV/1. ^a (GOV)	Aprova as Grandes Opções para 2023-2026 <i>Comissão competente: COF</i> <i>Em conexão: CDN (parecer setorial: defesa nacional)</i>	Relatora: Deputada Helga Correia (PSD)

A propósito de a discussão, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 720 e 722/XV/1.^a se encontrar agendada para a reunião plenária do dia 3 de maio, por arrastamento com a [Proposta de Lei n.º 68/XV/1 \(GOV\)](#) - Aprova a Lei de Infraestruturas Militares, usaram da palavra, além do Senhor Presidente, o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD), a Senhora Deputada Maria da Luz Rosinha (PS) e o Senhor Deputado Pedro Pessanha (CH).

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) recordou que o Regimento da Assembleia da República permitia esse tipo de agendamentos por arrastamento,



Comissão de Defesa Nacional

todavia disse entender que o debate sobre a Lei de Programação Militar e a Lei das Infraestruturas Militares não ganharia nada com isso, e que gostaria que ele fosse exclusivo sobre essas matérias que, de per si, têm a dimensão necessária para justificar esse debate importantíssimo para as Forças Armadas Portuguesas. Considerou, por isso, que discutir a obrigação da inventariação dos imóveis afetos à defesa nacional, a sua requalificação e reconversão para utilização com fins sociais e habitacionais, ou a sustentabilidade ambiental das Infraestruturas Militares, era desviar um pouco o debate, isso sem deixar de reconhecer que se cumpriu o Regimento, que os demais grupos parlamentares não tiveram razões para se opor a esse agendamento, precisamente por estarem em causa iniciativas conexas, apesar de muito laterais ao tema central do debate.

O Senhor Presidente disse não poder estar mais de acordo em relação ao projeto de lei apresentado pelo PAN, recomendando aos Senhores Deputados uma leitura atenta da nota de admissibilidade do mesmo, mas considerou que o agendamento do projeto de lei do Livre poderia fazer mais sentido e ter alguma utilidade, eventualmente, em sede de discussão na especialidade.

A Senhora Deputada Maria da Luz Rosinha (PS), sobre a observação feita pelo Senhor Deputado do PSD, disse não ser a Comissão o lugar apropriado para a fazer, uma vez que os grupos parlamentares e as demais forças partidárias tinham toda a possibilidade de se pronunciarem quanto à ausência de conexão das diversas matérias, não sendo aceites muitas vezes essas pretensões precisamente por se entender não existir essa conexão com a matéria principal, tendo o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) clarificado que não disse que não havia conexão entre as matérias – tinha a certeza absoluta de que essa conexão existia -, mas, sim, que tinha pena que, de facto, esse agendamento ocorresse quando o debate deveria ser centrado apenas nas propostas de lei.

O Senhor Deputado Pedro Pessanha (CH) questionou se já não teria havido algum precedente e quais os procedimentos adotados pela Comissão, tendo o Senhor Presidente esclarecido que as iniciativas baixaram à Comissão, cabendo a esta a elaboração e votação dos respetivos pareceres, e não quaisquer outros procedimentos, designadamente o de contestar os agendamentos feitos. No entanto, os Senhores



Comissão de Defesa Nacional

Deputados eram livres de proferir declarações, tal como fez o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD), de dar explicações ou prestar esclarecimentos, como fez a Senhora Deputada Maria da Luz Rosinha (PS).

Questionado o Grupo Parlamentar autor do [Projeto de Resolução n.º 629/XV/1.ª \(CH\)](#) - Tornar as Forças Armadas mais Atrativas e Valorizar a Carreira Militar - sobre se pretendia vê-lo discutido em Plenário ou em Comissão, nos termos do n.º 2 do artigo 128.º do Regimento, o Senhor Deputado Pedro Pessanha (CH) indicou que a o Grupo Parlamentar do CH pretendia fazer a respetiva discussão em Plenário.

3 – Designação de relator para a elaboração do relatório sobre a participação de Portugal no processo de construção da União Europeia, intitulado «Portugal na União Europeia – 2022»

O Senhor Deputado Francisco César (PS) foi designado relator do relatório sobre a participação de Portugal no processo de construção da União Europeia, intitulado «[Portugal na União Europeia – 2022](#)», relatório a apresentar na reunião da Comissão do próximo dia 9 de maio.

4 - Outros assuntos

No ponto reservado a outros assuntos, o Senhor Presidente anunciou que, na reunião seguinte, traria uma proposta de calendário para a discussão, na especialidade, das propostas de lei relativas às Leis de Programação Militar e das Infraestruturas Militares e solicitou aos Senhores Deputados que apresentassem propostas sobre quem gostariam de ouvir no âmbito desse processo, além dos óbvios – Ministra da Defesa Nacional e chefes militares.

Disse, igualmente, entender que fazia sentido organizar um colóquio sobre a Lei de Programação Militar (LPM), pelo que sugeria que os Senhores Deputados também indicassem o nome de personalidades que nele pudessem participar. E adiantou que talvez fosse interessante chamar as associações representativas das indústrias de defesa, por considerar como foco importante e relevante da discussão da LPM tentar saber em que é que a LPM poderia beneficiar a indústria portuguesa e em que é que a economia nacional poderia contribuir para a LPM, o que implicaria convidar os agentes



Comissão de Defesa Nacional

do setor. Em suma, tratar-se-ia de um colóquio, na sua perspetiva, virado para a componente económica.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 14 horas e 20 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de abril de 2023.

O Presidente da Comissão,

(Marcos Perestrello)



Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 37/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Dora Brandão (PS)
Francisco César (PS)
Hugo Oliveira (PS)
Ivan Gonçalves (PS)
Manuel Dos Santos Afonso (PS)
Marcos Perestrello (PS)
Maria Da Luz Rosinha (PS)
Miguel Dos Santos Rodrigues (PS)
Ricardo Lino (PS)
Adão Silva (PSD)
António Prôa (PSD)
Carlos Eduardo Reis (PSD)
Cristiana Ferreira (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Rosina Ribeiro Pereira (PSD)
Rui Vilar (PSD)
Pedro Pessanha (CH)
Rodrigo Saraiva (IL)
João Dias (PCP)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão (PS)
Joana Sá Pereira (PS)
Sérgio Ávila (PS)
Olga Silvestre (PSD)
Joana Mortágua (BE)
Jorge Botelho (PS)
Rui Paulo Sousa (CH)